

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.378.406 - SP (2018/0269398-6)**

AGRAVANTE : PIRELLI PNEUS LTDA  
AGRAVANTE : PIRELLI PNEUS LTDA  
AGRAVANTE : PIRELLI FACTORING S/A DE FOMENTO COML/ LTDA  
AGRAVANTE : PIFLORA REFLORESTADORA LTDA  
AGRAVANTE : PPE FIOS ESMALTADOS S.A  
AGRAVANTE : PIRELLI LTDA  
AGRAVANTE : COM/ EMPREENDIMENTOS E PARTICIPACOES MURIAE  
LTDA  
AGRAVANTE : PNEUAC COMERCIAL E IMPORTADORA DE PNEUS  
LTDA  
AGRAVANTE : SATURNIA SISTEMAS DE ENERGIA S.A  
ADVOGADOS : HAMILTON DIAS DE SOUZA - SP020309  
LUIS HENRIQUE DA COSTA PIRES - SP154280  
ANA CLAUDIA LORENZETTI LEME DE SOUZA COELHO  
- SP182364  
RAFAEL GUIMARÃES ESTEQUE E OUTRO(S) - SP330343  
AGRAVADO : FAZENDA NACIONAL

**DECISÃO**

Trata-se de agravo em recurso especial apresentado contra decisão que inadmitiu recurso especial interposto com fundamento no art. 105, III, da Constituição Federal.

Da análise dos autos, verifica-se que a decisão agravada inadmitiu o recurso especial com base na ausência de obscuridade/contradição/omissão/erro, na consonância do acórdão recorrido com a jurisprudência do STJ (no sentido de que, em caso de depósito judicial, é necessária a precisa aferição dos valores a serem levantados e convertidos em renda) e na incidência da Súmula n. 7/STJ.

A parte agravante, entretanto, deixou de impugnar especificamente o óbice referente à consonância do acórdão recorrido com a jurisprudência do STJ.

Desse modo, forçosa é a incidência do art. 253, parágrafo único, I, do Regimento Interno do STJ e art. 932, III, do CPC/2015, que assim dispõe, *in verbis*:

Art. 932. Incumbe ao relator:

[...]

III - não conhecer de recurso inadmissível, prejudicado ou que não tenha impugnado especificamente os fundamentos da decisão recorrida;

A propósito, confira-se o precedente da E. Corte Especial do STJ

no EAREsp 746.775 / PR, julgado em 19 de setembro de 2018:

PROCESSO CIVIL. EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA. IMPUGNAÇÃO ESPECÍFICA DE TODOS OS FUNDAMENTOS DA DECISÃO RECORRIDA. ART. 544, § 4º, I, DO CPC/1973. ENTENDIMENTO RENOVADO PELO NOVO CPC, ART. 932.

1. No tocante à admissibilidade recursal, é possível ao recorrente a eleição dos fundamentos objeto de sua insurgência, nos termos do art. 514, II, c/c o art. 505 do CPC/1973. Tal premissa, contudo, deve ser afastada quando houver expressa e específica disposição legal em sentido contrário, tal como ocorria quanto ao agravo contra decisão denegatória de admissibilidade do recurso especial, tendo em vista o mandamento insculpido no art. 544, § 4º, I, do CPC, no sentido de que pode o relator "não conhecer do agravo manifestamente inadmissível ou que não tenha atacado especificamente os fundamentos da decisão agravada" - o que foi reiterado pelo novel CPC, em seu art. 932.

2. A decisão que não admite o recurso especial tem como escopo exclusivo a apreciação dos pressupostos de admissibilidade recursal. Seu dispositivo é único, ainda quando a fundamentação permita concluir pela presença de uma ou de várias causas impeditivas do julgamento do mérito recursal, uma vez que registra, de forma unívoca, apenas a inadmissão do recurso. Não há, pois, capítulos autônomos nesta decisão.

3. A decomposição do provimento judicial em unidades autônomas tem como parâmetro inafastável a sua parte dispositiva, e não a fundamentação como um elemento autônomo em si mesmo, ressoando inequívoco, portanto, que a decisão agravada é incindível e, assim, deve ser impugnada em sua integralidade, nos exatos termos das disposições legais e regimentais.

4. Outrossim, conquanto não seja questão debatida nos autos, cumpre registrar que o posicionamento ora perfilhado encontra exceção na hipótese prevista no art. 1.042, caput, do CPC/2015, que veda o cabimento do agravo contra decisão do Tribunal a quo que inadmitir o recurso especial, com base na aplicação do entendimento consagrado no julgamento de recurso repetitivo, quando então será cabível apenas o agravo interno na Corte de origem, nos termos do art. 1.030, § 2º, do CPC.

5. Embargos de divergência não providos.

Ante o exposto, com fundamento no art. 253, parágrafo único, I, do Regimento Interno do STJ, não conheço do presente agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 19 de fevereiro de 2019.

**MINISTRO FRANCISCO FALCÃO**  
Relator